



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO NOGUEIRA FERNANDES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 33e168f2-b69e-4359-ab62-9d7a01dd14ea

Santa Cruz (PE), 04 de Outubro de 2017.

Ofício nº001/2017.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

TCE/IRPE
Protocolo Eletrônico
Documento não conferido no recebimento
PETCE 47402
04/10/2017
Ass. do Recebedor

Pelo presente, venho encaminhar DEFESA ESCRITA, referente ao Processo TC nº 17100265-9, relativa ao exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Aproveito a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


NEUMIRANDA MARINHO GUIMARAES
CPF Nº 008.04.954-45

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.**



Documento Assinado Digitalmente por: ROGERIO NOGUEIRA FERNANDES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 33e168f2-b69e-4359-ab62-9d7a01dd14ea

Processo TC n.º 17100265-9

Prestação de Contas Anual do Fundo Previdenciário de Santa Cruz – Exercício Financeiro 2016

NEUMIRANDA MARINHO GUIMARÃES, brasileira, casada, servidora pública, inscrita no CPF sob o nº. 008.045.954-45, residente e domiciliada na Rua Nenem Preto, n. 20, Vila Nova, Santa Cruz, Pernambuco, vem à presença de Vossa Excelência, com o devido acatamento, apresentar **DEFESA ESCRITA** contra os termos do relatório de auditoria elaborado nos autos do processo em epígrafe, o qual versa sobre a apreciação da Prestação de Contas do Fundo Previdenciário de Santa Cruz – FUNPRESC, relativa ao exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro daquele ano, posto que o defendente exerceu o cargo de Gerente de Previdência daquele Fundo durante o exercício em questão.

1. Irregularidades Apontadas no Relatório de Auditoria

No Relatório de Auditoria que motivou a presente defesa foram apontadas as seguintes irregularidades que supostamente teriam sido cometidas pela defendente:

- 1.1 - Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial da parte patronal e do custo suplementar, bem como não houve cobrança por parte da gestora do FUNPRESC para que o prefeito adotasse a alíquota do cálculo atuarial;
- 1.2 - Irregularidades no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, no Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN, Demonstrativos Contábeis, Nota Técnica Atuarial – NTA, Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

Ocorre, porém, que tais irregularidades não aconteceram da forma como foram relatadas no Relatório de Auditoria, daí porque nenhuma penalidade poderá ser aplicada à ex-gestora do FUNPRESC.



Para demonstrar que sempre agiu de conformidade com a legislação e que sempre envidou os esforços necessários para bem gerir o Fundo Previdenciário do Município de Santa Cruz, a defendente opta por analisar cada uma das supostas irregularidades de forma separada, pois entende que assim ficará mais fácil demonstrar o desacerto das informações contidas no Relatório elaborado pela equipe de auditoria desta Corte.

2. Não adoção da alíquota sugerida na avaliação atuarial da parte patronal e do custo suplementar, bem como não houve cobrança por parte da gestora do FUNPRESC para que o prefeito adotasse a alíquota do cálculo atuarial.

No Relatório de Auditoria foi afirmado que tanto a gestora do FUNPRESC quanto o ex-Prefeito teriam deixado de adotar as alíquotas sugerida pelo atuários para a contribuição patronal devida pelo município e para o custeio especial do déficit atuarial. Segundo o relatório, tais alíquotas deveriam ser fixadas, respectivamente, em 18,15% e 42,29%.

Ocorre que, como podemos ler no documento que motivou a presente defesa, segundo informação técnica contida no estudo atuarial, tais alíquotas de contribuição somente deveriam ser aplicadas no Município de Santa Cruz caso fossem observadas as limitações trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caso existissem limitações orçamentárias, as alíquotas de contribuição deveriam ser fixadas em 13,3% (contribuição patronal) e 3% (contribuição suplementar), num total de 16,30%.

Como existiam limitações orçamentárias flagrantes, a administração municipal, com base no estudo atuarial, manteve as alíquotas de contribuição no patamar fixado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial elaborado com base nas informações apuradas em 31 de dezembro de 2015.

No entanto, conforme podemos ler no relatório, entendeu o técnico desta Corte que o Prefeito não demonstrou a impossibilidade de adoção das alíquotas máximas sugeridas e que, por isso, teria incidido numa irregularidade, a qual também poderia ser imputada também à defendente que teria sido omissa em exigir do Prefeito a adoção da alíquota sugerida pelo atuário.

Todavia, como podemos ver no Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2016, a Receita Corrente Líquida da Prefeitura Municipal de Santa Cruz foi de R\$ R\$ 33.401.688,32, sabendo que o limite máximo de gastos com pessoal é de 54%, podemos afirmar que o valor máximo das despesas com pessoal seria de R\$ R\$ 18.036.911,69.

De acordo com os cálculos realizados no próprio relatório de auditoria, o valor total das contribuições patronais e do custo especial foi de R\$ R\$ 1.326.685,74, valor



equivalente a 16,30% das despesas realizadas com o pagamento da remuneração dos servidores ativos do município, cujo valor mencionado no relatório de auditoria foi de R\$ 8.131.916,20.

Considerando estes números, podemos afirmar que a aplicação da alíquota máxima contida no DRAA implicaria na adoção de um custo (patronal + custo especial) de 60,44%.

Em números, o valor total das contribuições acaso aplicadas estas alíquotas seria de R\$ 4.914.930,15, ou seja, além dos R\$ 1.326.685,74 recolhidos com base nas alíquotas aplicadas pelo Município, deveriam ter sido recolhidos mais R\$ 3.588.244,41.

Ora, sabendo que o gasto total com pessoal no ano de 2016 foi de R\$ 16.140.379,21, ao acrescer outros R\$ 3.588.244,41 teríamos um gasto total de R\$ 19.728.623,62, ou seja, valor equivalente a 59,06% da Receita Corrente Líquida.

Em outras palavras, conforme demonstramos com os números acima, todos extraídos do próprio relatório de auditoria e do Relatório de Gestão Fiscal publicado pelo Município no sistema SICONFI, fica evidente que seria impossível a aplicação das alíquotas máximas sugeridas no DRAA, pois isso implicaria na extrapolação do limite de gastos com pessoal.

Diante do exposto, torna-se evidente que não é cabível a aplicação de nenhum tipo de penalidade à defendente, pois as alíquotas aplicadas no ano de 2016 estavam de acordo com o estabelecido no cálculo atuarial e, mais importante do que isso, a adoção das alíquotas máximas levaria a uma violação da Lei de Responsabilidade fiscal.

3. Irregularidades no Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, no Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN, Demonstrativos Contábeis, Nota Técnica Atuarial – NTA, Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA

Como podemos ver no relatório de auditoria, no dia 19 de julho de 2017 foi realizada uma pesquisa no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social com a finalidade de identificar quais as irregularidades existiriam naquela oportunidade e que impediriam a pronta emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Ocorre que como podemos ver no próprio relatório de auditoria, durante o exercício financeiro de 2016 e 2017, não foram repassadas todas as contribuições devidas ao FUNPRESC, daí porque não seria possível o envio de todos os relatórios exigidos pelo Ministério da Fazenda.



Em sendo assim, não teria como ser obtido o certificado de regularidade previdenciária e, mais do que isso, esta é uma situação que não pode ser imputável à Sra. Neumiranda Marinho Guimarães.

4. Dos pedidos

Com base no que foi exposto na presente defesa, espera e requer a defendente que as suas contas relativas ao exercício financeiro 2016 sejam julgadas regulares, sem ressalvas, pois que todas as receitas e despesas do RPPS de Santa Cruz foram arrecadadas e realizadas conforme os ditames legais.

Além disso, é importante destacar que todos os recursos previdenciários foram utilizados de acordo com a legislação vigente e que em momento algum a gestora pública deixou de zelar pelos recursos públicos que lhe foram confiados.

Por fim, espera que lhe seja assegurado o direito de provar o alegado através de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a juntada posterior de documentos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Santa Cruz (PE), 04 de outubro de 2017


Neumiranda Marinho Guimarães
CPF nº. 008.045.954-45